



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS**

**Termo de Referência nº 3966591/2026 - SEMUS**

**São Luís - MA, 18 de maio de 2026**

QUADRO RESUMO	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b> 15901.036794/2025	<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b> Secretaria Municipal de Saúde de São Luís-MA.
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada no fornecimento de <b>Equipamento de Raio-X Panorâmico Odontológico Digital, com instalação completa e treinamento técnico, destinado ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do bairro Alemanha</b> São Luis / MA.	
<b>TIPO:</b> PREGÃO ELETRÔNICO	
<b>VALOR ESTIMADO:</b> R\$ 213.121,63	
<b>SIGILOSO:</b>  NÃO	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES:</b>  R\$ 0,01
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>  MENOR PREÇO POR ITEM	<b>QUANTIDADE DE ITENS:</b>  1
<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b>  UNITÁRIO	<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b>  ÚNICA
<b>MODO DE DISPUTA:</b>  ABERTO E FECHADO	
<b>EXIGE AMOSTRA:</b> NÃO	<b>EXIGE PROVA DE CONCEITO:</b> NÃO

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada no fornecimento de **Equipamento de Raio-X Panorâmico Odontológico Digital, com instalação completa e treinamento técnico**, destinado ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) do bairro Alemanha - São Luis / MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.2.1.** A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados

estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

### **1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**1.3.1.** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

### **1.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

**1.4.1.** A presente contratação não se caracteriza como prestação de natureza continuada. Isso porque refere-se à obtenção de bem permanente, destinado a suprir uma demanda específica da unidade requisitante, não envolvendo a execução de atividades que demandem fornecimento sucessivo, reiterado ou ininterrupto ao longo do tempo.

**1.4.2.** A Administração Pública não possui necessidade permanente ou prolongada de adquirir, de forma contínua, equipamentos dessa natureza. Trata-se de aquisição eventual e pontual, motivada pela necessidade de implantar, substituir ou atualizar o parque tecnológico odontológico, não havendo compras recorrentes que indiquem habitualidade ou periodicidade típica de contratações continuadas.

**1.4.3.** Ademais, o ciclo de vida útil de um equipamento de raio x panorâmico é longitudinal, com durabilidade estendida, de modo que a reposição ou aquisição de novo equipamento ocorre apenas em situações específicas — como modernização tecnológica, desgaste natural após anos de uso ou expansão da capacidade instalada — não configurando, portanto, necessidade constante para a manutenção das atividades rotineiras da Administração

**1.4.4.** Dessa forma, resta evidenciado que a contratação possui natureza singular e não continuada, enquadrando-se como aquisição de bem permanente, cuja demanda é não recorrente, razão pela qual não se aplica a classificação de serviço ou fornecimento contínuo.

### **1.5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**1.5.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a contar da data da assinatura do contrato, nos moldes do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

### **1.6. CONDIÇÕES DA ENTREGA.**

**1.6.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento.

**1.6.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**1.6.3.** Os materiais/produtos/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **1.6.4. Local de entrega:**

**1.6.4.1.** O bem deverá ser entregue nas dependências do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, situado na Rua Luis Carvalho, S/N, Bairro Alemanha, CEP 65036-420, São Luís/MA, obedecendo ao horário de entrega.

#### **1.6.5. Horário de Entrega:**

**1.6.5.1.** A entrega deverá ocorrer das 08:00h às 15:00h, horário local, de segunda a sexta-feira.

### **1.7. RECEBIMENTO DO OBJETO**

**1.7.1.** Provisoriamente: no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

**1.7.2.** Definitivamente: no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**1.7.3.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.;

**1.7.4.** A troca de marca pela contratada, só poderá ser realizada após envio de solicitação formal e posterior análise pelos setores técnicos e jurídicos.

## **1.8. DA GARANTIA DO PRODUTO**

**1.8.1.** A garantia, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, ou, se superior, pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**1.8.2.** No caso de prazo superior a 12 (doze) meses fornecido pelo fabricante, este prevalecerá para fins de garantia.

**1.8.3.** A garantia será prestada com vistas a manter o equipamento fornecido em perfeita condição de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**1.8.4.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do bem pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio da assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**1.8.5.** Entende-se por manutenção corretiva aquela designada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**1.8.6.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**1.8.6.1.** O prazo para reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito será de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da notificação à contratada.

**1.8.7.** O prazo para substituição das peças, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pela contratante.

**1.8.8.** A contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**1.8.9.** Em caso de defeito insanável, a contratada deverá substituir integralmente o equipamento em até 20 dias corridos, contados a partir da ciência do fato passada, formalmente, a contratante, ou a partir do fim do prazo para o reparo e/ou sua eventual prorrogação.

**1.8.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela contratada, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**1.8.11.** O custo referente ao transporte do equipamento coberto pela garantia será de responsabilidade da Contratada

**1.8.12.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **1.9. DA INSTALAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO E TREINAMENTO DA EQUIPE**

**1.9.1.** O fornecimento do equipamento inclui, obrigatoriamente, a montagem e a instalação do Aparelho de Raio-X Panorâmico no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, situado na Rua Luis Carvalho, S/N, Bairro Alemanha, CEP 65036-420, São Luís/MA.

**1.9.2.** A empresa contratada será integralmente responsável pela execução da instalação, podendo promover eventuais adequações estruturais, limitando-se ao que for estritamente necessário a perfeito uso do equipamento, conforme as orientações técnicas e especificações do fabricante.

**1.9.3.** A instalação somente poderá ser executada mediante a atuação de responsável técnico legalmente habilitado, devendo a contratada apresentar CREA ativo e ART devidamente registrada antes do início das atividades, em conformidade com as exigências normativas aplicáveis, assegurando a segurança técnica e operacional do procedimento..

**1.9.4.** O procedimento de instalação deverá observar, de forma rigorosa, as normas vigentes de radioproteção, segurança elétrica, infraestrutura predial e demais requisitos necessários para garantir a plena operação do equipamento, bem como a continuidade e a segurança dos serviços odontológicos prestados à população.

**1.9.5.** Ficará a cargo da Contratante informar a previsão do treinamento da equipe técnica, através de comunicação formal contendo a data prevista, o horário e o local para a realização do treinamento.

## **1.10. DA MANUTENÇÃO .**

**1.10.1.** Exaurida a garantia legal e/ou complementar da contratante, a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, com peças inclusas, será realizada por empresa contratada pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender aos consultórios odontológicos das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Especialidades Odontológicas, uma vez que trata-se de serviço essencial para o pleno funcionamento e consequentemente ao atendimento odontológico da população, visando o perfeito andamento da prestação dos serviços públicos obedecendo padrões de qualidade e uma assistência em saúde qualificada e humanizada.

**1.10.2.** A manutenção preventiva e corretiva, além de troca de peças terão assistência de empresa especializada para tal fim, mediante o contrato nº 277/2021, visto que a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís possui contrato vigente com empresa de instalação e manutenção de equipamentos odontológicos.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O objeto a ser licitado guarda relação com a necessidade de aquisição previamente identificada e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

### **2.2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.2.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, por meio da Coordenação de Saúde Bucal, tem como missão atender de forma eficiente a população, garantindo serviços de saúde bucal de qualidade, voltados à prevenção e ao tratamento de doenças em procedimentos de baixa, média e alta complexidade. Para assegurar a prestação de um serviço público adequado, torna-se imprescindível a disponibilidade de equipamentos odontológicos modernos e de alto desempenho.

**2.2.2.** Nesse contexto, e considerando a demanda assistencial do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, evidencia-se a necessidade de um aparelho de Raio X Panorâmico, tipo panorâmico de parede, destinado ao uso odontológico. Tal equipamento é fundamental para ampliar a precisão diagnóstica, assegurar maior segurança no atendimento e elevar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

**2.2.3.** O aparelho em questão é indispensável para a realização de exames radiográficos panorâmicos, os quais possibilitam uma visualização ampla das estruturas dentárias, ósseas e articulares do complexo maxilofacial. Estes exames contribuem diretamente para diagnósticos mais assertivos e para o adequado planejamento terapêutico em diversas especialidades odontológicas, como endodontia, cirurgia oral, periodontia e ortodontia.

**2.2.4.** Diversas enfermidades dentárias e alterações ósseas da face podem ser identificadas por meio do exame panorâmico, permitindo ao profissional visualizar simultaneamente todos os dentes, inclusive aqueles não erupcionados. O exame possibilita ainda a detecção de cáries, fraturas dentárias, infecções, cistos, tumores, processos inflamatórios e fraturas decorrentes de acidentes.

**2.2.5.** Além disso, distúrbios da articulação temporomandibular frequentemente associados a dores na região do ouvido, face, pescoço e cabeça e outras patologias que acometem os ossos de sustentação dos dentes podem ser observados e, muitas vezes, diagnosticados por meio do exame panorâmico.

**2.2.6.** O exame também é amplamente utilizado como procedimento pré-operatório em cirurgias odontológicas. Considerando a necessidade de qualificar o atendimento odontológico no âmbito do SUS,

especialmente no CEO, e tendo em vista que muitos pacientes atualmente precisam recorrer à rede privada para a realização desse exame, conclui-se que a implantação desse serviço no município trará benefícios significativos à população e à eficiência do tratamento odontológico.

**2.2.7.** Assim, justifica-se a necessidade do Aparelho de Raio X Panorâmico, tipo panorâmico de parede, destinado ao uso odontológico, com as seguintes características mínimas: corrente de até 12 MA, tensão de tubo de 90 kV, cabeçote com potência compatível, sistema microprocessado com tela sensível ao toque, potência de tubo de 1800 W, além de bloqueador de mordida, suporte para têmporas e apoio de testa. Tais especificações garantem maior precisão diagnóstica e segurança no atendimento, em conformidade com as necessidades da Coordenação de Saúde Bucal e da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA.

**2.2.8.** Portanto, o presente processo tem como finalidade um equipamento moderno e adequado para a realização de exames especializados, possibilitando que a equipe de saúde — cirurgiões-dentistas, auxiliares e técnicos em saúde bucal — aplique técnicas atuais, seguras e eficazes no diagnóstico por imagem.

### **2.3. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**2.3.1.** A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 – 2129 id PCA PNCP: 06307102000130-0-000005/2026, id do item no PCA: 252; Classe/Grupo: 155 – Fornecimento de equipamentos de uso odontológico, disponível eletronicamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração, nos termos do inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021.

### **2.4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO:**

**2.4.1.** A aquisição de Aparelho de Raios X, tipo panorâmico, de parede caracteriza-se como um objeto único e tecnicamente indivisível, não sendo possível sua divisão em itens ou lotes sem que haja prejuízo ao pleno funcionamento do equipamento.

**2.4.2.** O aparelho panorâmico de Raios X é constituído por um conjunto integrado de componentes — estrutura física, emissores, sensores, sistemas eletrônicos, software embarcado e mecanismos de captura — todos projetados para operar de maneira conjunta. A separação dessas partes para contratação independente comprometeria a interoperabilidade, a garantia, o suporte técnico, a calibração e a responsabilidade do fornecedor pela performance do conjunto.

**2.4.3.** Além disso, cada fabricante utiliza tecnologia proprietária, de modo que componentes ou sistemas adquiridos separadamente não seriam compatíveis entre si, gerando riscos operacionais, aumento de custos com manutenção e perda de integridade técnica do equipamento.

**2.4.4.** Dessa forma, o objeto não comporta divisão, uma vez que o parcelamento descaracterizaria o conjunto e impediria a entrega de um sistema completamente funcional, seguro e adequado ao uso. Assim, justifica-se a contratação em item único, garantindo a coerência técnica, a eficiência administrativa e a plena operacionalidade do equipamento

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** Considerando a necessidade descrita nas primeiras linhas do Estudo Técnico Preliminar, a descrição da solução encontrada engloba os seguintes elementos:

**3.1.1.** A solução envolve a aquisição de 01 (um) Aparelho de Raio-X Panorâmico digital, com características que asseguram eficiência clínica, precisão diagnóstica e confiabilidade operacional, abrangendo, no mínimo: corrente de até 12 mA; tensão de tubo até 90 kV; ponto focal  $0,5 \times 0,5$  mm; potência mínima do tubo de 1.800 W; gerador de alta frequência; detecção da imagem por tecnologia DCS (CdTe) ou CMOS; geração de imagem em 16 bits (65.536 tons de cinza); sistema microprocessado com painel touchscreen; programas clínicos amplos para panorâmica adulto/infantil, ATM, seios maxilares, frontal, redução de artefatos metálicos, entre outros; ajustes de altura para atendimento inclusivo (crianças e cadeirantes); softwares completos para aquisição, edição e armazenamento de imagens, incluindo módulo DICOM Print; acessórios essenciais (bloqueador de mordida, suportes de têmporas e testa); computador compatível para reconstrução das imagens; Nobreak online duplo-conversão 5kVA; registro regular na ANVISA; compatibilidade com futura atualização para Tomografia 3D (Cone Beam).

**3.1.1.1.** A solução envolve a aquisição de 01 (um) Aparelho de Raio-X Panorâmico digital, com

características que asseguram eficiência clínica, precisão diagnóstica e confiabilidade operacional, abrangendo, no mínimo: corrente de até 12 mA; tensão de tubo até 90 kV; ponto focal 0,5 × 0,5 mm; potência mínima do tubo de 1.800 W; gerador de alta frequência; detecção da imagem por tecnologia DCS (CdTe) ou CMOS; geração de imagem em 16 bits (65.536 tons de cinza); sistema microprocessado com painel touchscreen; programas clínicos amplos para panorâmica adulto/infantil, ATM, seios maxilares, frontal, redução de artefatos metálicos, entre outros; ajustes de altura para atendimento inclusivo (crianças e cadeirantes); softwares completos para aquisição, edição e armazenamento de imagens, incluindo módulo DICOM Print; acessórios essenciais (bloqueador de mordida, suportes de têmporas e testa); computador compatível para reconstrução das imagens; Nobreak online duplo-conversão 5kVA; registro regular na ANVISA; compatibilidade com futura atualização para Tomografia 3D (Cone Beam).

**3.1.2.** A instalação completa do equipamento no endereço designado: Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, Rua Luis Carvalho, S/N, Bairro Alemanha, CEP 65036-420, São Luís/MA.

**3.1.2.1.** A instalação deverá: ser executada por profissional habilitado, com apresentação de CREA e ART; atender rigorosamente às normas de radioproteção, segurança elétrica, infraestrutura e requisitos do fabricante; incluir calibração inicial, testes de funcionamento e configuração do software; permitir a realização de adequações estruturais estritamente necessárias ao funcionamento do equipamento, às expensas da contratada; assegurar a entrega do equipamento pronto para uso, com emissão de termo de instalação e comissionamento.

**3.1.3.** A solução abrangerá treinamento presencial para a equipe técnica e clínica do CEO, incluindo: operação do equipamento; boas práticas de radioproteção; utilização do software de aquisição, análise e impressão das imagens; rotinas básicas de segurança e cuidados iniciais.

**3.1.3.1.** Todo treinamento deverá ser documentado, com lista de presença e certificado de instrução.

**3.1.4.** A solução inclui garantia complementar mínima de 12 meses, podendo ser superior caso ofertado pelo fabricante, com: cobertura total de peças, componentes, mão de obra e deslocamento; manutenção corretiva integral durante o período; substituição de peças originais, novas e de primeiro uso; prazo de reparo de até 20 dias corridos, prorrogável uma única vez

**3.1.5.** Em caso de defeito insanável ou indisponibilidade prolongada, a contratada deverá: substituir o equipamento em até 20 dias; ou fornecer equipamento equivalente provisório.

**3.1.6.** Encerrado o período de garantia, a continuidade operacional permanecerá assegurada por meio do: Contrato nº 277/2021, vigente na Secretaria Municipal de Saúde, que contempla: manutenção preventiva e corretiva; substituição de peças e acessórios; atendimento especializado aos aparelhos de Raio X do SUS municipal.

**3.1.7.** Esse contrato supre integralmente a necessidade de suporte técnico posterior, garantindo que o ciclo de vida útil do equipamento seja preservado, sem risco de descontinuidade assistencial.

**3.1.8.** A solução prevê: prazo de entrega de até 30 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento; possibilidade de recusa de bens em desacordo com as especificações; substituição de itens rejeitados em até 10 dias; recebimento provisório no ato da entrega; recebimento definitivo em até 10 dias úteis após verificações técnicas; prorrogação do prazo de recebimento definitivo quando necessários testes adicionais.

**3.1.9.** A solução proposta é inteiramente compatível com: o ambiente físico e assistencial do CEO; as normas sanitárias, radiológicas e de biossegurança; o planejamento estratégico do município, conforme os padrões de governança e integridade adotados pela Administração Municipal.

#### **4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Sobre a adoção do SRP, o art 1º do Decreto Municipal nº 62.276/2026, dispõe o seguinte:

“§ 1º O SRP será preferencialmente utilizado nas seguintes hipóteses:

I – contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;

II – entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;

III – atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;

IV – impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

**4.2.** Considerando as características do objeto, em que não demanda de contratações frequentes, que foi possível a definição do quantitativo real demandado, que será entregue de forma única, não restou configurada a subsunção do art. 1, inciso II e IV do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

**4.3.** Diante do exposto, a presente aquisição não será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

## **5. JUSTIFICATIVA QUANTO A NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA OU PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP**

**5.1.** A ausência de previsão de participação exclusiva ou de cota reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no presente certame encontra respaldo nas características do objeto a ser contratado.

**5.2.** Trata-se de fornecimento correspondente a uma única unidade de produto, de natureza indivisível, o que inviabiliza tecnicamente o fracionamento do objeto para fins de estabelecimento de cota reservada.

**5.3.** Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, a reserva de cota para ME e EPP aplica-se apenas a objetos de natureza divisível, o que não se verifica no presente caso. Ademais, a Lei nº 14.133/2021, ao tratar do tratamento favorecido às ME e EPP, admite a não adoção dessas medidas quando houver inviabilidade técnica ou prejuízo ao conjunto do objeto.

**5.4.** Assim, a não aplicação de cota reservada ou de participação exclusiva justifica-se pela indivisibilidade do objeto, sendo medida necessária para assegurar a adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da eficiência, da competitividade e do interesse público.

## **5.5. REQUISITOS LEGAIS**

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. REQUISITOS LEGAIS**

**6.1.1.** A presente contratação tem por base legal os seguintes dispositivos:

**6.1.1.1.** Lei nº 14.133/2021;

**6.1.1.2.** Decreto Municipal 60.155/2024;

**6.1.1.3.** Decreto Municipal 61.092/2024;

**6.1.1.4.** Lei nº 8.078/1990;

**6.1.2.** RDC nº 611/2022/ANVISA;

#### **6.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024):**

**6.2.1.** Na presente contratação não serão indicadas marcas.

#### **6.3. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:**

**6.3.1.** Não serão exigidas amostras.

#### **6.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

**6.4.1.** Não será exigida carta de solidariedade.

#### **6.5. CONSÓRCIO**

**6.5.1.** É admitida a participação de consórcios.

#### **6.6. SUBCONTRAÇÃO**

**6.6.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.7.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

I.sugerida para contratações de serviços de caráter pontual e continuado, fornecimento contínuo de bens ou em contratações de serviços de engenharia ou de obras que exponham a Administração Pública Municipal a riscos, com valor estimado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

## **6.8. TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

**6.8.1.** Na presente contratação não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual, considerando a inexistência de contrato preexistente vigente. Logo, não haverá necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas a empresa já contratada para o mesmo objeto anteriormente.

## **6.9. DA VISTORIA FACULTATIVA**

**6.9.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, a contratada poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto à Coordenação de Saúde Bucal/Superintendência de Ações e Saúde através dos e-mails: [coordenacaosaudebucalslz@gmail.com](mailto:coordenacaosaudebucalslz@gmail.com); [semus.sas2021@gmail.com](mailto:semus.sas2021@gmail.com).

**6.9.2.** A realização de vistoria técnica no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será facultada às empresas, com o objetivo de subsidiar o correto dimensionamento da proposta e a adequada compreensão das condições de execução dos serviços.

**6.9.3.** Caso a empresa opte por não realizar a vistoria in loco, deverá apresentar, na fase de habilitação, declaração formal assinada por seu responsável técnico, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, inclusive em relação ao local de execução dos serviços.

**6.9.4.** A empresa participante que optar por não realizar a vistoria do local não poderá, em hipótese alguma, descumprir qualquer regra, decisão ou acordo decorrente do termo e de sua proposta. A empresa que não realizar a vistoria será tratada em igualdade de condições com aquela que efetuou a vistoria.

**6.9.5.** O prazo para o início da vistoria será a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o quinto dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**6.9.6.** Na presente contratação não haverá a necessidade de a contratada promover a transição contratual, considerando a inexistência de contrato preexistente vigente. Logo, não haverá necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas a empresa já contratada para o mesmo objeto anteriormente.

## **6.10. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**6.10.1.** Os principais impactos ambientais do uso de aparelhos de raio-x panorâmicos odontológicos estão associados ao descarte inadequado dos resíduos químicos do processamento manual de filmes e ao consumo de energia e água nos consultórios.

**6.10.1.1.** Contaminação: Quando descartados de forma imprudente em esgotos comuns, esses efluentes podem contaminar o solo e as águas, causando danos à saúde de animais e humanos por meio da bioacumulação na cadeia alimentar.

**6.10.1.2.** Filmes e Embalagens: As películas radiográficas contêm chumbo em sua composição e requerem descarte especializado como resíduo perigoso (Resíduo do Grupo B).

**6.10.2.** O gerenciamento incorreto desses resíduos é um grande problema na prática odontológica, com uma porcentagem significativa de dentistas descartando soluções diretamente no esgoto, muitas vezes sem tratamento prévio.

**6.10.3.** O descarte correto dos resíduos radiológicos convencionais deve seguir as normas estabelecidas pelos órgãos ambientais e de saúde locais, como a ANVISA no Brasil, que classificam esses materiais como Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e exigem tratamento por empresas especializadas e licenciadas para tal fim.



## **6.11. IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**6.11.1.** A presente aquisição possui impactos ambientais, e deverão ser observados os seguintes requisitos:

**6.11.1.1.** A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços conforme previsto no Guia Nacional de Contratações sustentáveis;

**6.11.1.2.** As licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídas no seu todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais, utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**6.11.1.3.** Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental.

**6.11.1.4.** Em atenção ao inciso XII da lei 14.133/21, o qual preleciona: “descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável”, informa-se que os equipamentos odontológicos adquiridos pela SEMUS são submetidos a manutenções preventivas e corretivas por empresa especializada contratada, com a substituição periódica de peças a fim de manter sua longevidade, e são descartados somente em casos de obsolescência irreversível, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis.

**6.11.1.5.** Ainda neste íterim, sempre que o objetivo for de fornecer orientações sobre descarte de resíduos sólidos em serviços de saúde e demais serviços públicos, será em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 305/2010. O manejo adequado dos resíduos gerados é crucial para a preservação do meio-ambiente e a prevenção de riscos à saúde ambiental e à saúde pública em geral. Finalmente, o descarte de resíduos sólidos deverá seguir as diretrizes da PNRS, garantindo assim a segurança dos profissionais, dos usuários do serviço público, e à preservação do meio ambiente.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **7.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**7.1.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**7.1.1.1.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

**7.1.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**7.1.1.3.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.1.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**7.1.1.5.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados

**7.1.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**7.1.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

**7.1.1.8.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**7.1.1.9.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**7.1.1.10.** Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

**7.1.1.11.** Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**7.1.1.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**7.1.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

**7.1.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **7.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.2.1.** São obrigações do Contratante:

**7.2.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o termo de referência e seus anexos.

**7.2.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.2.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**7.2.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**7.2.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

**7.2.1.6.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

**7.2.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**7.2.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.2.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**7.2.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**7.2.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**7.2.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **7.3. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**7.3.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.;

**7.3.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**7.3.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**7.3.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**7.3.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**7.3.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**7.3.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**7.3.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**7.3.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**7.3.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**7.3.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**7.3.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**7.3.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **7.4. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.4.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**7.4.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

**7.4.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

a. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

b. moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo **5% (cinco por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1. O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c. compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**7.4.4.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.5.** Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.5.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.5.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.5.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.4.6.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.4.7.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.4.8.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**7.4.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.10.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**7.4.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**7.4.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**8.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **8.6. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

**8.6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **8.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**8.7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**8.7.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**8.7.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**8.7.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**8.7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**8.7.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **8.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**8.8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**8.8.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**8.8.3.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **8.9. GESTOR DO CONTRATO**

**8.9.1.** Cabe ao gestor do contrato:

**8.9.1.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**8.9.1.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.9.1.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**8.9.1.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**8.9.1.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021,

ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**8.9.1.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**8.9.1.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 9.1. LIQUIDAÇÃO:

**9.1.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

**9.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

### 9.2. PRAZO DE PAGAMENTO:

**9.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

**9.2.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula.

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da Parcela em atraso.

### 9.3. FORMA DE PAGAMENTO

**9.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **9.4. DO REAJUSTE**

**9.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**9.4.2.** Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**9.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **10.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1.1.** Será adotado o critério de MENOR PREÇO por item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

**10.1.2.** No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

**10.1.3.** Será adotado o modo de disputa ABERTO / FECHADO.

**10.1.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 ( um centavo ).

#### **10.1.5. Da apresentação da proposta**

**10.1.5.1.** As licitantes deverão apresentar:

**10.1.5.1.1.** Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e



que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

10.1.5.1.2. Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360/1976.

10.1.5.1.3. Apresentar Manual do equipamento, quando do envio da proposta, afim de averiguar com precisão se o produto ofertado pelo licitante atende de forma satisfatória a necessidade específica do órgão

## **11. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO**

### **11.1. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**11.1.1.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.1.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.1.3.** Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**11.1.4.** Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

**11.1.5.** Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

**11.1.6.** CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

**11.1.7.** CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

**11.1.8.** Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**11.1.9.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

### **11.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**11.2.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

**11.2.1.1.** Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

**11.2.2.** **Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

**11.2.3.** Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**11.2.4.** As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

**11.2.5.** As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a

assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

**11.2.6.** Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

a) **Índice de Liquidez Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) **Índice de Liquidez Corrente ( $\geq 1,00$ ):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) **Índice de Solvência Geral ( $\geq 1,00$ ):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**11.2.7.** Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

**11.2.8.** As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

**11.2.9.** O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

**11.2.10.** Para a presente licitação, verificou-se que os três índices econômicos, acima relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam. Assim, será exigido dos participantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), *superiores a 1 (um)*, comprovados mediante a apresentação do balanço patrimonial.

### **11.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**11.3.1.** Apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível com o objeto da presente licitação. Atender às normas técnicas da ANVISA, INMETRO e demais legislações aplicáveis a equipamentos odontológicos;

**11.3.2.** A principal justificativa para a solicitação do atestado de capacidade técnica na aquisição de um aparelho de raio-x panorâmico odontológico, é garantir que a empresa contratada tenha a aptidão e a experiência necessárias para fornecer um produto de qualidade e que funcione corretamente.

**11.3.3.** O objetivo é salvaguardar a Administração Pública (e, por extensão, os pacientes e profissionais de saúde) contra a contratação de empresas inexperientes ou "aventureiras", minimizando riscos

de problemas na entrega, instalação, funcionamento, manutenção e qualidade do equipamento.

**11.3.4.** As justificativas detalhadas incluem:

**11.3.4.1. Experiência Comprovada:** O atestado demonstra que o fornecedor já entregou, com sucesso, equipamentos similares para outras instituições (públicas ou privadas), comprovando sua capacidade técnico-operacional.

**11.3.4.2. Garantia de Qualidade e Eficiência:** Assegura que o equipamento atenda a todos os requisitos técnicos, padrões de segurança e normas da vigilância sanitária, o que é vital para um aparelho de diagnóstico médico.

**11.3.4.3. Segurança Jurídica do Contrato:** Reduz a probabilidade de falhas contratuais, como atrasos na entrega, instalação incorreta ou fornecimento de produtos inadequados, o que poderia gerar prejuízos ao erário e à saúde pública.

**11.3.4.4. Evitar Danos ao Poder Público:** Em se tratando de equipamentos de vulto financeiro e importância clínica, a falta de experiência do fornecedor pode levar a sérios danos, incluindo a impossibilidade de realizar os exames necessários à população.

**11.3.5.** Diante de tudo explanado, justifica-se a solicitação do atestado de capacidade técnica como documento necessário para habilitação da empresa vencedora.

**11.3.6.** Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), da sede da licitante, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme disposto no art. 50 da Lei 6360/1976, e incisos I, III e IV, art. 10, da Lei 6437/1977.

## **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 213.121,63** (duzentos e treze mil, cento e vinte e um reais e sessenta e três centavos) apostos no Apêndice I.

## **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**13.1.1.** Gestão Unidade: 15901

**13.1.2.** Ação: 2186

**13.1.3.** Natureza de despesa : 4.4.90.52

**13.1.4.** Fonte do Recurso: 16000000000/1500001002.

## **14. DOS APÊNDICES**

**14.1.** Integra este termo de referência:

**14.1.1.** **APÊNDICE I** – Planilha Descritiva e Orçamentária.

São Luís, 18 de maio de 2026.

**ELABORADOR:**

**Walastane Nicácio Martins**

Consultor de Compras/SUMAPA

Matrícula: 65.2187

**CIENTE:**

**Kamila Pereira Cardoso de Aguiar**

Superintendente de Material e Patrimônio / SUMAPA

Matricula: 880390

**APÊNDICE I**

Planilha Descritiva e Orçamentária.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT	UNID	QUANT	P.UNIT	TOTAL
	<p>APARELHO RAIOS X PANORÂMICO, DE PAREDE. APLICAÇÃO: USO ODONTOLÓGICO, AMPERAGEM: Corrente Até 12 MA, Potência Cabeçote: Tensão Do Tubo 90 KVA, Componentes: Microprocessado, C/ Tela Sensível Ao Toque, Potência: Potência Tubo mínimo 1800 W, Acessórios: C/ Bloqueador Mordida E Suporte Têmporas E Testa. Observações Complementares: Aparelho de Raios-X Panorâmico Digital, Gerador de Alta Frequência (120 khz). Detecção da imagem por meio de Sensor de Conversão Direta (DCS - CdTe) ou Sistema CMOS. Geração de imagens em</p>					

16bits, com 65.536 tons de cinza. Parâmetros radiológicos selecionáveis entre 60 e 90kV. 3 a 16mA; ponto focal 0,5x0,5mm. Software Editor de Panorâmica que permite corrigir o plano focal sem refazer a exposição do paciente. Sistema de Autofoco que oferece automaticamente imagens nítidas em todas as regiões. Ajuste de altura entre 0,81m até 1,81m, do solo até ponto de mordida, atendendo crianças e cadeirantes. Programas disponíveis: panorâmica adulto, infantil, panorâmica com magnificação constante para medição de implante, panorâmicas com redução de artefatos metálicos, ATM em						
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--

1	duas e quatro vistas), seio frontal e maxilares e frontal. Bloco de Mordida Eletrônico, que reconhece o ângulo da mordida do paciente e auxilia o operador a posicionar o plano de frankfurt de forma prática e rápida. Curvas de Giro personalizadas, para cada paciente, por meio da medição de crânio dos apoios motorizados de tências. Função QuickShot, que diminui pela metade o tempo de exposição para atendimento de pacientes especiais. Comando eletrônico, touchscreen colorido, que centraliza todos os controles. Podendo mover o carro, os apoios de	425186	ND	1	R\$ 213.121,63	R\$ 213.121,63	
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	----	---	----------------	----------------	--

<p>cabeça para panorâmicas e focos luminosos, com orientações detalhadas para o operador Software completo integrado, em português, para cadastro único do paciente, gerenciamento de equipamento e imagens, aquisição, análises, medições e diagnóstico. Software de Impressão DICOM Print incluído, com envio da imagem diretamente para Impressora Dry. Instalação e treinamento incluídos. Acompanhar Computador para Reconstrução de Imagens Panorâmicas, e No Break 5KVa online com dupla conversão e autonomia de 15 minutos. Equipamento compatível</p>						
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--



com upgrade para Tomografia 3D Cone-Beam. Frete de Entrega incluído. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português Brasil. Registro ANVISA.						
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 213.121,63</b>



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Walastane Nicacio Martins, Técnico de Nível Superior**, em 18/05/2026, às 16:02, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Kamila Pereira Cardoso Aguiar, Superintendente**, em 18/05/2026, às 16:53, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **3966591** e o código CRC **91FA9042**.